



RESENHA

A (RE)CONSTRUÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOB A PERSPECTIVA DO OLIMPISMO

Contato
Calle Florida, 1065
60000 – Paysandú – Departamento de Paysandú – Uruguay
dmedeiros@cup.edu.uy

 **Daniele Cristina Medeiros¹**
Universidad de la República
Paysandú – Uruguay

Resenha do Livro: SOTOMAYOR, Antonio; TORRES, Cesar (org.). *Olimpismo: the Olympic movement in the making of Latin America and the Caribbean*. Fayetteville: The University of Arkansas Press, 2020. 265 p.

A escolha da cidade do México para sediar os Jogos Olímpicos (JO) em 1968, do Rio de Janeiro, em 2016, e de Buenos Aires para hospedar os Jogos da Juventude, em 2018, reafirmaram, de maneira concreta, o papel dos países latino-americanos no Movimento Olímpico (MO) mundial. Embora o pequeno número de eventos realizados na região aparente pouca inserção desses países na esfera organizacional esportiva olímpica, suas relações com o Movimento Olímpico se iniciaram já na década de 1910, com a realização, na Argentina, dos Juegos Olímpicos del Centenario. Além desse evento, outras competições extraoficiais (porém com o aval do Comitê Olímpico Internacional – COI) ocorreram na região, até a criação, em 1951, dos Jogos Pan-Americanos. Ademais, atletas e treinadores latino-americanos e caribenhos

¹ Doutora em Educação, Professora Adjunta do Departamento de Prácticas Corporales, Instituto Superior de Educación Física, Universidad de la República – Paysandú – Uruguay.

somam participações nos JO oficiais há mais de cem anos, com diversas façanhas notórias no âmbito esportivo.

Ainda que essas informações nos ajudem a constatar a relevância da relação entre o MO e os países da região, poucos são os estudos históricos que colocam ênfase nessa questão. Essa ausência de investigações sobre temas relativos ao esporte e à América Latina e ao Caribe em uma esfera internacional foi constatada por Booth, Adams e Phillips (2022, p. 93-94) e Melo (2017, p. 399-402), que apontaram a pequena inserção de pesquisadores locais nas discussões internacionalmente estabelecidas, reverberando em pouco diálogo sobre o conhecimento produzido em níveis locais e regionais em relação à história do esporte. Até certo tempo atrás, os estudos que envolviam a história do esporte na região eram realizados a partir de uma perspectiva americana ou europeia (CHAPPELL, 2001, p. 159-180), mitigando narrativas que poderiam apontar olhares plurais para esse fenômeno, especialmente em âmbito olímpico. Portanto, com o objetivo de preencher esse vazio da literatura acadêmica, os autores Antonio Sotomayor e Cesar Torres,² pesquisadores da história do esporte dessa região, editaram o livro *Olimpismo: the Olympic movement in the making of Latin America and the Caribbean*.

O livro é dividido em uma introdução, nove capítulos e uma conclusão. Os nove capítulos centrais, organizados em uma cronologia (os cinco primeiros tratam de questões ocorridas até os anos 1960; e os quatro últimos, de questões mais contemporâneas), são escritos por diferentes autores que exploram as relações entre países da região e o MO. O prefácio é organizado pelos editores do livro e o capítulo de conclusão, que objetiva realizar um comentário crítico sobre os capítulos anteriores, é escrito por Christopher Gaffney.

Na introdução, Sotomayor e Torres explicam que a escolha do título do livro (*making of Latin America...*) não foi anódina, mas fruto de um alinhamento com as perspectivas de Benedict Anderson (2015 [1983], p. 71-83) a respeito da formação das nações e seu processo dinâmico de invenção e reinvenção. Portanto, a perspectiva do livro é apontar que o Olimpismo nesses países – além do esporte de forma geral – foi terreno de experimentação política, de lutas, de contradições, de tentativas de inserção e de batalhas por legitimação de identidades:

Here, “to make” denotes a dynamic process of invention and constant reinvention, fragmented but comprehensive, multileveled but constant, ideological but concrete. [...]. In this regard,

² O mesmo autor havia publicado, em parceria com Bruce Kidd, em 2017, um compilado de narrativas sobre os Jogos Pan-Americanos, colocando ênfase nesse aspecto da história olímpica latino-americana (KIDD, TORRES, 2017).

the concepts and realities of “Latin America” and “The Caribbean” are not natural and static but have been and are debated, challenged and legitimized³ (SOTOMAYOR; TORRES, 2020, p. 8).

Além disso, deixam claro que, ainda que trate de um espaço geográfico demarcado, a perspectiva do livro não aborda esses países como um bloco homogêneo, mas, pelo contrário, aponta similaridades e diferenças nas características sociais, políticas, econômicas e culturais que historicamente envolveram sua participação no MO.

O primeiro capítulo trata daquele país que primeiro se destacou nas relações esportivas internacionais: o Uruguai. Shunsuke Matsuo apresenta sua incorporação no MO nas primeiras duas décadas do século XX, momento em que uma complexa natureza envolveu as relações entre o governo uruguaio da época e o COI, mediadas especialmente por membros da Young Men’s Christian Association (YMCA) que ocupavam posições nos órgãos esportivos do país desde 1907. Essa triangulação entre as entidades supracitadas é dividida no texto em três momentos. Primeiro, explorando a relação entre o COI e a Comisión Nacional de Educación Física (CNEF), órgão estatal de fomento às práticas esportivas nacionais. Na sequência, o autor expõe a influência de agentes do YMCA na criação da CNEF, dado que os próprios fundadores da comissão eram membros da instituição criada na Inglaterra. Por fim, expõe-se a parceria internacional entre COI e YMCA, o que favoreceu a difusão do Olimpismo pela América Latina, especialmente por vias uruguaias. O capítulo conclui que essas relações duraram até a década de 1920, momento em que a YMCA passou por um colapso financeiro e em que, de igual forma, os principais agentes que atuavam no país deixaram de ter influência na CNEF.

Na sequência, Thomas F. Carter oferece um olhar sobre as maneiras como o envolvimento e a participação no Movimento Olímpico moldaram o nacionalismo cubano desde 1896 até 2016. Para refletir sobre esse tema, o autor divide o texto em diferentes temporalidades. Entre 1896 e 1912, há uma relação direta entre a nascente independência cubana e a emergência do Olimpismo, sendo este uma ferramenta que se adaptava às ideologias das elites que buscavam definir os limites de nação do período. Posteriormente, com a Revolução Cubana, o Olimpismo foi adotado como uma forma de humanismo embebida de esporte, o que combinava com o novo sistema político e econômico instaurado.

³ “Aqui, ‘fazer’ denota um processo dinâmico de invenção e reinvenção constante, fragmentado, mas abrangente, multinível, mas constante, ideológico, mas concreto. [...]. Nesse sentido, os conceitos e as realidades da ‘América Latina’ e do ‘Caribe’ não são naturais e estáticos, mas foram e são debatidos, desafiados e legitimados”.

O apogeu do país nos JO foi durante a Guerra Fria (1972-1992), momento em que utilizou o COI como meio para facilitar sua própria agenda internacional em meio a políticas e tensões. Tal relação se estendeu até 1987, quando Cuba foi boicotada pela mesma entidade para ser sede dos Jogos Pan-Americanos. A partir de então, Fidel Castro e outros políticos passaram a associar o Olimpismo – em seu principal órgão, o COI – à falência do sistema capitalista e a um anacronismo colonial. Em meio a tantas disputas, numa era mais recente dos Jogos, Cuba perdeu o posto dentre os dez primeiros países no quadro de medalhas, muito por reflexo de mudanças neoliberais no esporte e crises políticas internas no país.

No terceiro capítulo, Keith e Claire Brewster analisam o papel diplomático que o MO mexicano exerceu no momento posterior à Revolução (1910), especialmente na tentativa de reaproximar o país de seus vizinhos. Após a Revolta, era necessário convencer o mundo sobre a estabilidade do país, e, com tal intento, a participação esportiva em grandes eventos foi incentivada. Os primeiros frutos dessa empreitada foram a participação nos JO de Paris (1924) e a organização dos primeiros Jogos da América Central em 1926. O sucesso dos eventos foi proclamado como o sucesso do próprio país, enfatizando o estabelecimento de uma diplomacia cultural com os países latinos e caribenhos.

Em 1968, porém, ao sediar os JO, percebeu-se uma oportunidade adequada para, de um lado, mostrar a união entre o país e seus vizinhos e, por outro lado, a pacificação interna. Aparentemente, o valor diplomático do esporte seria reconfirmado no evento; entretanto, a repressão e o assassinato de estudantes que protestavam contra sua realização algumas semanas antes da abertura arranharam a imagem que o país queria construir para si, evidenciando uma contradição entre as ações internas e a maneira como tentava construir suas relações internacionais.

No quarto capítulo, Antonio Sotomayor examina as complexas relações entre nacionalismo e olimpismo em Porto Rico, especialmente no que tange à sua descolonização. Esse é um debate complexo no âmbito olímpico, dado que não há soberania nacional e que, em alguns períodos da história, os atletas porto-riquenhos representaram os Estados Unidos. O capítulo aponta que o próprio processo de americanização da ilha, iniciado em princípios do século XX, foi levado a cabo também a partir do esporte. Entretanto, ainda que essa prática cultural tenha sido inicialmente utilizada como modo de reafirmar a colonização, rapidamente os independentistas viram no esporte um meio simbólico de luta nacionalista. São destaques de ações ligadas ao desejo de soberania, os Jogos Pan-americanos e Caribenhos de São Salvador em 1935 e Guatemala, em 1950, momento em que atletas carregaram bandeiras nacionais e tocaram hinos do país, desvinculando-o dos Estados Unidos.

Esses “incidentes” – nada acidentais – colaboraram para jogar luz ao tema no cenário internacional. Como consequência, nos JO de 1948, o país passou a portar

uma bandeira diferente dos Estados Unidos, o que foi regulamentado apenas nos anos 1970 em relação às competições esportivas. Para o autor, a ideia de Porto Rico como uma colônia dos Estados Unidos desafia uma leitura sobre identidade por meio do esporte, já que o MO foi utilizado, ao longo do século XX, para negociar a existência de uma identidade nacional e unidade comunitária, tanto de maneira interna quanto ao nível de política externa. Em síntese:

The Olympic Movement has given Puerto Ricans a powerful platform to foster national identity and nationalism. [...]. For Puerto Ricans, the Olympic Movement has been a special platform to not only display their nationhood but also to challenge colonialism and strive for national independence (SOTOMAYOR, 2020, p. 74).⁴

O quinto capítulo, escrito por Fábio Peres e Victor Melo, discute a representação, nos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, de um herói olímpico brasileiro na figura de Adhemar Ferreira da Silva. O Brasil vinha de uma das derrotas esportivas mais memoráveis de sua história – o “maracanaço” de 1950 –, o que exigia a criação de uma identidade por meio do esporte. Foi assim que o atleta se tornou vedete de uma nova empreitada da imprensa, que buscou, em suas vitórias olímpicas de 1952 e 1956, restaurar um suposto orgulho nacional que se perdera com a derrota futebolística. Dessa forma, ancorado nas relações cordiais relacionadas à raça que circundavam o esporte da época, Adhemar se materializou em um grande projeto nacionalista de Brasil, que, a partir de uma suposta identidade racial harmônica, poderia se posicionar junto às grandes potências olímpicas.

As complexas e relações entre política e esporte na Argentina são retratadas por Cesar Torres no sexto capítulo, que explora o processo e o impacto da “desperonização” esportiva a partir de 1955. Perón utilizara o esporte como um alicerce a seu governo e seus ideais e, portanto, as primeiras propostas após sua queda tiveram como objetivo desvincular essa prática cultural do governo anterior. Esse movimento envolveu sansões a esportistas e federações supostamente alinhados ao governo peronista e, de igual forma, proibições, baseadas nas leis amadoras, de práticas já difundidas e instituídas no país. Tais ações, internacionalmente, arriscaram a própria permanência argentina enquanto membro do Movimento Olímpico Internacional. A consequência mais drástica foi a perda da candidatura da sede dos JO de 1968 para o México.

⁴ “O Movimento Olímpico deu aos porto-riquenhos uma plataforma poderosa para promover a identidade nacional e o nacionalismo. [...]. Para os porto-riquenhos, o Movimento Olímpico tem sido uma plataforma especial não apenas para mostrar sua nacionalidade, mas também para desafiar o colonialismo e lutar pela independência nacional”.

April Yoder discute os usos estratégicos do esporte, especialmente no que dizia respeito ao uso das figuras femininas, por Balanguer em seu governo na República Dominicana entre 1966 e 1978. O novo governo, iniciado na década de 1960, surgiu como uma ilusão democrática aos olhos internacionais, com forte apelo e apoio norte-americano. Num debate que girava em torno da oposição entre socialismo e capitalismo, as práticas cotidianas e culturais passam a fazer parte do jogo político, e, dessa forma, a “terceira via” proposta pelo então presidente se servia de elementos como os esportes para pavimentar um novo caminho na sociedade. Dessa forma, sediar os Jogos da América Central e do Caribe em 1974 foi uma forma de desenvolver um projeto nacional, fortalecendo essa retórica governamental. Yoder analisa, de maneira mais específica, como houve uma mudança na participação das mulheres nesse momento, incluídas no MO como atletas e organizadoras, revelando novos papéis políticos que se instauravam no momento. Como conclusão, afirma-se que, ainda que sediar esse evento tenha mudado o acesso ao esporte por parte das mulheres dominicanas, não houve uma transformação efetiva.

A identidade nacional, tema que tangencia a grande maioria dos capítulos tratados até então, foi questão central do capítulo 8, em que Chloe Rutter-Jensen explora, a partir do caso do atleta paralímpico de *powerlifting* Fábio Torres, a maneira como os corpos deficientes possibilitam redefinir questões de identidade nacional, além de noções como gênero, raça e classe social, especificamente na Colômbia. A partir de uma análise semiótica de duas imagens do atleta encontradas na imprensa, Rutter-Jensen elabora uma profunda análise sobre as segregações esportivas existentes, especialmente no que tange às diferenças étnicas e sociais. Ao trazer ao centro do debate o imaginário construído ao redor de Fábio Torres e sua medalha paralímpica, a autora procura compreender uma figuração distinta que leva a uma subjetividade alternativa em relação ao pertencimento nacional.

No último capítulo do livro, Lamartine Pereira DaCosta analisa, sob perspectivas comparadas, a realização dos eventos esportivos olímpicos recebidos por México (1968), Brasil (2016) e Argentina (2018), na tentativa de evidenciar a crescente importância geopolítica desses eventos. Para o autor, o Olimpismo exerce um mandato ideológico desde o início do século XX sobre uma elite latino-americana que tenta reformular suas concepções civilizatórias e, ainda que o movimento tenha se difundido a partir da Europa e dos Estados Unidos, a América Latina foi um eixo de expansão do Olimpismo.

Em relação à organização dos três eventos, salvas as diferenças temporais, DaCosta enfatiza o legado político e social obtido pelos países-sede, em que pesem as problemáticas apresentadas em cada edição (que envolveram desde atos de violência até repressão e corrupção). Nas conclusões, o autor coloca desafios contempo-

râneos, como a questão da sustentabilidade, como eixos a considerar, caso outros países latino-americanos desejem se candidatar como sede em novas edições.

As conclusões são apresentadas por Christopher Gaffney, que relê os eventos olímpicos realizados na América Latina e no Caribe a partir de análises profundas de sua conectividade com a política, as ideologias e o exercício do poder, reafirmando que muito da história do Olimpismo na região pode ser contada a partir do encontro entre as elites e as relações históricas, geográficas e ideológicas dos esportes. Entretanto, para além de exaltar tais perspectivas inovadoras presentes no livro, o autor esboça algumas críticas e advertências. Para ele, ainda que seja válida a perspectiva de revisitar narrativas pouco exploradas sobre as complexas relações do Olimpismo na região, é preciso que essas narrativas sejam plurais e abrangentes. No caso da obra em questão, trata-se de uma escrita realizada por homens, investigando homens, em um campo (tanto o acadêmico quanto o esportivo) dominado por homens. Essa problemática é persistente – nos dois campos anunciados – no caso da América Latina e pode ser superada caso outras vozes sejam convidadas a narrar experiências mais diversas no campo olímpico.

Em suma, o campo dos estudos históricos sobre os esportes está em constante desenvolvimento, seja por novas abordagens introduzidas na elaboração de investigações ou por propostas de recontextualização de temas e interrogantes de pesquisa, trazendo à tona novos olhares e perspectivas (BOOTH; ADAMS; PHILLIPS, 2022, p. 93-99).

A antologia em questão é uma das obras que colabora nessa nova miríade de temáticas, ao fornecer detalhes e análises sobre as origens do MO na América Latina e no Caribe, na tentativa de reverter uma visão desbalanceada e limitada sobre essa temática. O esporte, embora seja um fenômeno de alcance global, também tem sua ancoragem histórica nas questões locais e regionais, e se configura como uma prática cultural que não obedece a um processo histórico único e linear, sendo, ao contrário, elemento de múltiplos deslocamentos geográficos (KRÜGER, 2015, p. 528-29).

Ao reconhecer o esporte como uma poderosa ferramenta de construções simbólicas sobre identidades nacionais, a obra permite analisar os impactos culturais, econômicos, sociais e históricos dessa prática e, sobretudo, reverter o ideário de que as relações que envolvem a chegada do Olimpismo na América Latina e no Caribe respeitam uma linearidade que procede do centro à periferia. Os autores se propõem a repensar esse suposto direcionamento, mostrando que, nas próprias relações estabelecidas entre os países da região, novas concepções esportivas foram criadas, elaborando outros sentidos e significados a essas práticas e, de igual maneira, contribuindo a uma (re)elaboração de identidades locais e regionais.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BOOTH, Douglas; ADAMS, Carly; PHILLIPS, Murray. New perspectives on old themes. In: PHILLIPS, Murray G. et al. *The Routledge handbook of sport history*. New York: Routledge, 2022.
- CHAPPELL, Robert. Sport in Latin America from past to present: a European perspective. *The International Journal of the History of Sport*, v. 18, n. 3, p. 159-180, 2001.
- KIDD, Bruce; TORRES, Cesar. *Historicizing the Pan-American Games*. New York: Routledge, 2017.
- KRÜGER, Michael. Global perspectives on sport and movement cultures: from past to present – modern sports between nationalism, internationalism, and cultural imperialism. *The International Journal of the History of Sport*, v. 32, n. 4, p. 518-534, 2015.
- MELO, Victor. History of sport in Brazil and in South America: visibility for new looks. *The International Journal of the History of Sport*, v. 34, n. 5-6, p. 399-404, 2017.
- SOTOMAYOR, Antonio. The Nationalist Movement and the struggle for freedom in Puerto Rico's Olympic Sport. In: SOTOMAYOR, Antonio; TORRES, Cesar (org.). *Olimpismo: the Olympic movement in the making of Latin America and the Caribbean*. Fayetteville: The University of Arkansas Press, 2020.
- SOTOMAYOR, Antonio; TORRES, Cesar (org.). *Olimpismo: the Olympic movement in the making of Latin America and the Caribbean*. Fayetteville: The University of Arkansas Press, 2020. 265 p.

Recebida: 12/04/2023 – Aprovada: 14/08/2023

Editores Responsáveis

Miguel Palmeira e Stella Maris Scatena Franco